

Deliberação nº 29 – 1ª Câmara

Aprovada em 18/6/86 – Processo nº 40003.000082/86-67

Interessado: Luiz Francisco Trielli

Assunto: Registro da obra “Grande Promoção Chiclepan”

Relator: Conselheiro Daniel da Silva Rocha

Ementa

Registro de texto que se destina a por em prática idéia ou processo, não se contempla na legislação do direito de autor.

I – Relatório

O requerente recorre da decisão de indeferimento do registro de sua obra **GRANDE PROMOÇÃO CHICLEPAN**, pela Seção de Direitos Autorais da Biblioteca Nacional, por entender esta se tratar de “procedimento ou método de patrimônio da coletividade”. O requerente não se limita, no recurso, a declarar que seu trabalho é uma “obra promocional”, com texto próprio, mas que “a forma expressiva utilizada em sua exteriorização” deve ser considerada para efeitos desse registro. Junta impresso desse trabalho.

II – Análise

A “forma expressiva” das quatro primeiras páginas desse folheto levam ao objetivo fundamental que é o capítulo intitulado **A IDÉIA E SEUS BENEFÍCIOS**. E nas páginas 5, 6 e 7 se desenvolve essa “idéia”. É o autor quem escreve:

“A idéia é formar um “clube”, entidade ou órgão que possa envolver todos esses vendedores de forma “moral e sublimar” a terem interesse e necessidade de participar do esquema e não querer sair nunca.”

E adiante:

“Para funcionamento, criar-se-á uma central administrativa, com o objetivo de fluir rigorosamente bem o “Follow” e gerar o “mailing list”, fator imprescindível para o sucesso da promoção”.

Há ficha de inscrição, cartão, oferta de apólice de seguro de vida (ao vendedor), sorteio mensal de um carro zero quilômetro. Tudo para a vendas de chiclets, mas se presta para “vendas técnicas”.

Como se vê, trata-se iniludivelmente de uma “idéia” promocional, que obvia-

mente necessita de um texto escrito para ser realizada. Um texto que não vale por si próprio, pois está intrinsecamente ligado à "idéia" que ele contém.

Aceitar o registro desse texto como obra literária, – mesmo repetindo o princípio expresso da lei que não permite julgar seu mérito ou destinação (Lei nº 5988/73 – art. 6º) – seria ao mesmo tempo uma violação da expressa proibição do registro de idéias. Um registro como o desejado pelo requerente se enquadra na legislação de Marcas e Patentes.

Meu parecer, "s.m.j.", é contrário ao deferimento da pretensão requerida.

Brasília, 18 de junho de 1986.

Daniel da Silva Rocha
Cons. Relator

II – Decisão da Câmara

A Primeira Câmara, à unanimidade, acompanhou o voto do Conselho Relator.

Brasília, 18 de junho de 1986.

Cons. Antônio Chaves

Cons. Marco Venício Mororó de Andrade

D.O.U. 14.07.86 – Seção I, págs. 10.404 e 10.405